

O pacote que, afinal, é mais uma contemporização.

O Brasil é decididamente o país da contemporização. Poucas flores ou vícios do rico comportamento humano vicejam aqui com tamanha exuberância como o desejo de contemporizar, do "vamos deixar como está para ver como é que fica". Isso é bom, ou isso é mau? Talvez tenha sua face benigna e seja útil para evitar que assumamos, como nação, posturas internacionalmente desastrosas, como, por exemplo, as da Argentina no caso das Malvinas.

Mas muitas vezes é uma atitude desgastante, irritante, e até mesmo — por que não dizer? — cruel para com a população. No terreno da administração econômica já está provado que a contemporização, em tempo de crise, causa maiores do que benefícios, pois, enquanto se contemporiza, os problemas crescem em vez de desaparecer, como às vezes acontece na política.

Apesar do que disse o presidente Figueiredo na semana passada, quando veio à televisão advertir que não seria mais possível contemporizar, o chamado pacote — pelo menos o pedaço dele que foi aprovado ontem pelo Conselho Monetário Nacional — é mais uma tentativa de contemporizar: com o FMI, com nossos credores, e, pior que isso, com nossos próprios problemas. Por isso mesmo, ao contrário do que desejava o presidente da Fiesp, Luís Eulálio Vidigal, junto com todo mundo que se preocupa seriamente com este país, não deverá ser o último. Não será também o penúltimo; nem deverá ser o antepenúltimo. É um pacote a mais numa lista que vai crescer, Deus sabe até quando.

Trata-se, na verdade, de uma arrumação financeira, um ajustamento orçamentário, destinado, é verdade, a reduzir um pouco o déficit do setor público, mas não a instaurar uma nova política de combate eficaz e automático às causas básicas da inflação e do descontrole monetário. Faltam-lhe, como disse o próprio ministro Delfim Neto ontem de manhã a uma emissora de rádio paulistana, medidas destinadas a desindexar a economia, ou seja, que alterem a sistemática da correção monetária e do INPC, que são os grandes realimentadores da inflação. E, por causa disso, a própria eficácia que poderia ter em reduzir o déficit público será limitada.

Raciocinemos um pouco. Ontem, a gasolina e todos os derivados do petróleo sofreram um aumento de preço que é um recorde. Esse aumento integrará a taxa de inflação do mês de junho, que será, certamente, maior do que a do mês de maio. Em consequência, teremos correção monetária maior em julho, o que significa que todos aqueles preços reajustados pela correção (prestações, aluguéis, multas, etc.) serão maiores mesmo que nada tenham a ver com a gasolina. Pessoas que não têm carro, nem usam gasolina, pagarão, desses

trazer. E esse estado de indecisão não foi superado pela edição do pacote. Ele não chega a convencer, de fato, que as pressões inflacionárias resultantes do déficit público serão significativamente minoradas, nem que a realimentação do processo inflacionário, através das indexações, será contida. Há apenas duas certezas no pacote: o ritmo de inflação se acelerará e o governo ficará mais rico. O que não representa estímulo para a retomada de nenhum negócio, atividade ou investimento decente.

modo, através da correção monetária, pelo aumento da gasolina. A correção monetária maior corrige também, de maneira ampliada, a própria dívida interna do governo e seu serviço, o que, por sua vez, faz aumentar o déficit do setor público.

É este mecanismo sinistro, de causação circular e acumulativa, que precisa ser entendido pelo público. E é o desmantelamento deste mecanismo que o público precisa aceitar e admitir. É preciso desmantelá-lo de uma vez por todas ou começar a desmantelá-lo progressivamente, mesmo que os sacrifícios iniciais sejam grandes, porque os sacrifícios por não desmantelá-lo, em termos de inflação, serão cada vez maiores e, pior que isso, permanentes.

O que nos espanta é que desta feita existe quase que absoluta unanimidade na área econômica do governo sobre a necessidade de desindexar. Existe também quase absoluta unanimidade dos economistas que estão fora do governo. Embora divirjam sobre a forma e a intensidade, até mesmo os economistas que combatem o governo, que militam na oposição, concordam sobre esse imperativo. No entanto, talvez por temer inconveniências e resistências políticas, o governo deixa de lado a desindexação. Seria politicamente difícil desindexar por quê? Por que prejudicaria a imagem do governo? Por que traria intransqüilidade social? Mas a continuidade da inflação crescente, a necessidade dentro em breve de novos pacotes, não prejudicam muito mais a imagem do governo? E não intransqüilizam muito mais? Quem são, afinal, os estrategistas governamentais que consideram mais rentável politicamente o prolongamento indefinido do sufoco e da angústia, em vez da dor de uma cirurgia rápida e definitiva?

Por outro lado, vemos que a linha geral do combate ao déficit público, como aliás temíamos, é muito mais no sentido de aumentar as receitas do governo do que de diminuir suas despesas. Assim, o pacote mantém e amplia, em vez de reverter, o processo que está na base do quebra-cabeça administrativo brasileiro, que é a estatização da economia. Ele é um pacote mais estatizante, que aumenta o grau e os meios da estatização.

Fala-se de maneira mais ou menos vaga e genérica que vão ser reduzidos os gastos das empresas estatais. O que a opinião pública quer saber é quais gastos, em que empresas, e em que medida exatamente serão reduzidos. O governo deveria ter condições de dar tais informações, do mesmo modo como foi pressuroso em informar o quanto aumentará sua receita com as medidas fiscais do pacote.

Nós já dissemos aqui, e vamos repetir: o maior perigo para este país, para a sua economia, para a evolução do processo de abertura, não decorre de medidas duras, da exigência de sacrifícios; decorre da indefinição, da incerteza, da angústia que nasce da sensação de que não temos um comando firme e eficiente. Faz quase um mês que os negócios privados neste país estão em estado de semiparalisação à espera do pacote. Isto já provocou, sem dúvida, sacrifícios e penúrias maiores para muita gente do que qualquer medida dura poderia.